

## PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

### IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
<b>PR/2026/5090</b>	<b>7694/2026</b>	<b>Proposta à Câmara Municipal</b>
Unidade Administrativa		
<b>DCF - DCP [ENTRADAS]</b>		
Propósito		
<b>Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal</b>		
Órgão/Cargo que resolve		
<b>Câmara Municipal de Braga</b>		

### FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

#### Enquadramento Legal:

Nos termos do artigo 33.º, n.º 1, alínea f), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete ao Órgão Executivo autorizar a despesa e aprovar as peças do procedimento (Programa e Caderno de Encargos).

#### Fundamentação:

O Município de Braga necessita de proceder ao aluguer de diversos equipamentos e materiais destinados à realização dos eventos programados para o ano de 2026.

A tipologia de equipamentos requerida não existe no inventário municipal, nem se afigura justificável a sua aquisição, uma vez que:

- Não se revela eficiente ou económica a sua manutenção permanente, dado o carácter pontual da respetiva utilização;
- Os custos de logística e armazenamento seriam desproporcionados face às necessidades reais;
- Não existem meios físicos e humanos especializados para assegurar a operação, conservação e gestão desses equipamentos;
- A aquisição implicaria encargos de manutenção que não se coadunam com o interesse público nem com uma gestão racional dos recursos municipais.

Assim, o recurso ao aluguer constitui a solução mais adequada, permitindo garantir a disponibilidade de equipamentos necessários, quando estritamente requeridos, assegurando simultaneamente padrões de qualidade compatíveis com o serviço público a que o Município está obrigado.

Paralelamente, destaca-se que, num contexto global, a cultura — especialmente na sua vertente ligada às indústrias culturais e criativas — assume cada vez maior relevância como vetor estratégico de desenvolvimento urbano, conforme evidenciado por diversas agendas políticas de



âmbito supra#nacional. Esta visão reconhece na cultura, no conhecimento, na inovação e na criatividade elementos potenciadores de um desenvolvimento sustentável e competitivo das cidades e regiões.

Nesta linha, o Município de Braga tem vindo a reforçar a sua aposta na cultura, promovendo eventos de referência e iniciativas culturais de prestígio que contribuem para:

- a regeneração física e funcional do território,
- a reconstrução e projeção da imagem de marca da cidade,
- a dinamização económica,
- a criação de um ambiente favorável à atração e retenção de talento, essencial para o desenvolvimento sustentável delineado nas políticas municipais.

Os eventos previstos para este ano de 2026 inserem#se nesta estratégia, assumindo#se como instrumentos relevantes para promoção cultural, dinamização urbana e fortalecimento da identidade territorial. A disponibilização dos equipamentos necessários revela#se, portanto, imprescindível para a sua concretização.

Atendendo ao exposto, considera#se plenamente demonstrado o interesse público subjacente ao procedimento, nos termos do artigo 36.º, n.º 1 do Código dos Contratos Públicos, bem como o cumprimento dos princípios da economia, eficiência e eficácia, aplicáveis à assunção de compromissos e despesas públicas, conforme previsto no artigo 18.º da Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro (Lei de Enquadramento Orçamental), na sua redação atual.

Proposta:

Submeter à deliberação do Órgão Executivo:

1. A autorização para a despesa necessária à contratação das referidas apólices e da decisão de contratar, nos termos do artigo 36.º do CCP;
2. Da escolha do procedimento de Concurso Público com Publicidade Internacional, nos termos do artigo 38.º do CCP;
3. A aprovação das peças do procedimento (Programa de concurso e Caderno de Encargos), em anexo, nos termos do artigo 40.º, nº2 do CCP.
4. Restantes propostas constantes do ponto 3.º da informação de abertura de procedimento
5. Determinar que se proceda à tramitação subsequente do procedimento, nos termos legais aplicáveis.

### **PROPOSTA DE RESOLUÇÃO**

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

**DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE**



## CONCORDÂNCIA COM AS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

**Data:** 12/02/2026

**Nº Processo::** 7694/2026

**Processo:** Proposta à Câmara Municipal - Procedimento Concurso Público n.º CPI/03/26/DCP que visa o aluguer de equipamentos para diversos eventos do Município de Braga

Atento o teor da informação de abertura do procedimento, bem como os fundamentos nela expendidos, concordo com as peças do procedimento de contratação pública propostas, constantes do ponto 3.º da referida informação.

Mais determino que, nos termos do n.º 1, alínea f), do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a presente informação seja submetida à apreciação e aprovação do órgão executivo, na próxima reunião de Câmara .

## DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



**CPI/03/26/DCP**

**Aluguer de equipamentos para diversos eventos do  
Município de Braga.**

**CADERNO DE ENCARGOS**

## PARTE I – Cláusulas Gerais

---

### 1ª. Objeto

1. Procedimento **Concurso Público Internacional n.º CPI/03/26/DCP.**
2. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas jurídicas, bem como as especificações técnicas, a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a LOCAÇÃO DE BENS MÓVEIS – Aluguer, montagem e desmontagem de estruturas móveis de apoio à realização de diversos eventos.
3. O procedimento compreende os seguintes lotes:

Lote 1	SOM, LUZ, SERVIÇOS TÉCNICOS e GERADORES
Lote 2	TENDAS, PALCOS, ESTRUTURAS DE APOIO, STANDS e BANCADAS E SANITÁRIOS E AFINS
Lote 3	MURALHA

---

### 2ª. Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual, independentemente de ser ou não reduzido a escrito.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
  - a. Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
  - c. O presente Caderno de Encargos;
  - d. A proposta adjudicada;
  - e. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo cocontratante.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos que integram o contrato e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo cocontratante nos termos do disposto no artigo 101.º, desse mesmo diploma legal.

---

### **3ª. Prazo do contrato**

1. O contrato mantém-se em vigor até 31 de janeiro de 2027, ou até ser atingido, durante esse prazo, o preço contratual, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato, salvo se se verificarem casos de força maior que impeçam a execução do contrato, podendo, neste caso, a entidade adjudicante prorrogar o prazo de validade do contrato.
2. O prazo indicado no número anterior, inicia-se:
  - a. Com contrato reduzido a escrito, a partir da data da última assinatura aposta no mesmo, sendo condição de eficácia, mas a sua execução só se inicia após o Visto do Tribunal de Contas.
3. Sem prejuízo das normas legais imperativas, relativas ao reequilíbrio financeiro, e do previsto no n.º anterior, findo o prazo referido no n.º 1, e caso não tenha sido atingido o preço contratual, o contrato extingue-se sem que assista ao cocontratante o direito a qualquer indemnização pelo valor das prestações não executadas.
4. Podem constituir força maior, para efeitos do n.º 1, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias e embargos ou bloqueios internacionais.

## **Secção I – Obrigações da entidade adjudicante**

---

### **4ª. Obrigações da entidade**

1. A entidade adjudicante é exclusivamente responsável pelo pagamento dos serviços/bens que lhe sejam prestados.
2. A entidade adjudicante deve fornecer ao cocontratante a informação relevante e necessária relacionada com o contrato.
3. A entidade deve assegurar, na formação e na execução dos contratos públicos, que os operadores económicos respeitam as normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental, de igualdade de género e de prevenção e combate à corrupção, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional.

---

### **5ª. Preço contratual**

1. Pela disponibilização dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao(s) adjudicatário(s) o preço constante da(s) proposta(s)

adjudicada(s), em regime de fornecimento contínuo a até ao limite máximo mencionado no ponto três, de acordo com os **valores resultantes das quantidades efetivamente requisitadas e o preço unitário dos artigos constantes da(s) proposta(s) adjudicada(s)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

2. Os valores contratuais estimados, por lote, obtidos pela multiplicação dos preços unitários adjudicados pelas quantidades efetivas não poderão exceder os seguintes montantes, no **prazo máximo de vigência** admitido (valores sem IVA):

<b>LOTE 1</b> Modelos A, B, C, D, E F, G, H, I, J	<b>SOM, LUZ, GERADOES e SERVIÇOS TÉCNICOS</b>	<b>1 112 484,15€</b>
<b>LOTE 2</b> Modelos K, L, M,N,O, Q, R,S,T	<b>TENDAS, PALCOS, STANDS, BANCADAS E ESTRUTURAS DE APOIO</b>	<b>981 950,57 €</b>
<b>LOTE 3</b> Modelo P	<b>MURALHA</b>	<b>31 906,25€</b>
<b>TOTAL:</b>		<b>2.126.340,97€</b>

3. O produto da multiplicação dos preços unitários efetivos, resultante da(s) proposta(s) adjudicada(s) pelas quantidades efetivas, não pode, em qualquer caso, ser superior a **€ 2.126.340,97, no total dos lotes, no prazo máximo de vigência** admitido (valores sem revisão de preços e sem IVA).
4. Os preços base apresentados e os preços unitários contratados são fixos e aplicam-se de forma uniforme, independentemente de os serviços ocorrerem em dias úteis, feriados, fins de semana ou em horário noturno, não sendo devidos quaisquer acréscimos ou majorações por tais motivos.
5. O preço referido no número 1 inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída a entidade adjudicante, incluindo, nomeadamente as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
6. O preço a que se refere o n.º 2 considera-se executado com a prestação integral dos serviços/fornecimento integral dos bens.

---

## **6ª. Modificação contratual**

Os prazos previstos na cláusula 3ª – Prazo do contrato, podem ser prorrogados por iniciativa da entidade adjudicante ou a requerimento do cocontratante devidamente fundamentado, sem que daqui possa decorrer aumento do preço contratual máximo, salvaguardando o limite temporal de 3 anos.

---

## **7ª. Alterações ao contrato**

1. Qualquer alteração do contrato deverá constar de documento escrito assinado por ambos os outorgantes e produzirá efeitos a partir da data da publicitação no portal dos contratos públicos.
2. A parte interessada na alteração deve comunicar, por escrito, à outra parte essa intenção, com uma alguma antecedência em relação à data em que pretende ver introduzida a alteração;
3. O contrato pode ser alterado por:
  - a) Acordo entre as partes, que não pode revestir forma menos solene que o contrato;
  - b) Decisão judicial ou arbitral;
  - c) Razões de interesse público.
4. A alteração do contrato não pode conduzir à modificação de aspetos essenciais do mesmo, nem constituir uma forma de impedir, restringir ou falsear a concorrência.

---

## **8ª. Condições de pagamento**

1. As quantias devidas pela entidade adjudicante, nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s) no prazo de 60 dias, após a receção pela Divisão de Contabilidade, das respetivas faturas emitidas em cumprimento com:
  - a. o artigo 36.º do CIVA;
  - b. o artigo 9.º, n.º 1, da LCPA - Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na atual redação, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva e após o fornecimento de bens e serviços;
  - c. o Decreto-lei n.º 123/2018 e Decreto-lei n.º 14-A/2020, as quais devem ser remetidas de forma desmaterializada sob a tecnologia Eletronic Data Interchange (E.D.I.):
    - i. Parceiro de faturação: Portal Saphety invoice Network;



- ii. Contactos: [sales@saphety.com](mailto:sales@saphety.com); [faturaeletronica@saphety.com](mailto:faturaeletronica@saphety.com) e [helpdesk@saphety.com](mailto:helpdesk@saphety.com).
- d. qualquer esclarecimento adicional relacionado com faturas deve entrar em contacto com [servico.contabilidade@cm-braga.pt](mailto:servico.contabilidade@cm-braga.pt)
2. As faturas deverão ser emitidas em nome do Município de Braga, com referência aos documentos que lhe deram origem, isto é, deve especificar a **referência do procedimento** e o **respetivo número de compromisso/requisição externa de despesa.**
  3. No caso de entregas parciais, o valor a pagar é faturado de acordo com as entregas efetuadas/serviços prestados, se aplicável.
  4. Para os efeitos dos números anteriores, a obrigação considera-se vencida com a entrega dos bens/execução dos serviços prestados.
  5. Em caso de atraso do contraente público no cumprimento do prazo de pagamento, são devidos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora.
  6. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao cocontratante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o cocontratante obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
  7. Nas condições de pagamento a apresentar pelos concorrentes não podem ser propostos adiantamentos por conta de serviços a prestar, devendo refletir a fatura, os bens efetivamente fornecidos no período a que se refere, respeitando o artigo 292.º do CCP.
  8. O atraso em um ou mais pagamentos não determinam em caso algum o vencimento das restantes obrigações de pagamento.
  9. Mais se informa que "Os critérios de avaliação dos fornecedores foram publicados no site institucional do Município de Braga, poderá aceder aos mesmos a partir do seguinte local: <https://www.cm-braga.pt/pt/0502/municipio/camara-municipal/instrumentos-de-gestao?idh=1029>."

## **Secção II – Obrigações do cocontratante**

---

### **9ª. Obrigações principais do cocontratante**

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, decorrem para o cocontratante as seguintes obrigações principais: Obrigação de entrega e disponibilização dos bens identificados na sua proposta;

- a. Obrigação de garantia de bom funcionamento de todos os serviços efetuados;
  - b. Obrigação de prestar todos os serviços necessários à boa execução do contrato;
  - c. Obrigação da apresentação de um orçamento prévio à realização do evento, por forma a se controlar os custos de cada evento.
  - d. Obrigação da presença de um coordenador técnico durante as montagens e desmontagens do evento e durante os dias do evento.
  - e. Deverá ser assegurada toda a assistência técnica necessária durante a montagem e desmontagem dos diversos equipamentos e no decurso do evento, disponibilizando os recursos humanos e os equipamentos/materiais necessários à correção ou supressão de problemas que possam ocorrer, garantindo a operacionalidade, sem custos adicionais para a entidade adjudicante.
  - f. É da responsabilidade da entidade adjudicatária o envio dos termos de responsabilidade dos equipamentos, assim como, dos seguros de responsabilidade civil, descrições técnicas e outra documentação relevante para garantir que todos os bens cumprem a legislação em vigor.
  - g. Todas as despesas e custos com o transporte, montagem e desmontagem dos bens, objeto do presente procedimento, de e para os locais de instalação, são da inteira responsabilidade do fornecedor/prestador de serviços.
2. O cocontratante obriga-se a recorrer a todos meios humanos e materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à execução do contrato, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
  3. Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, à entidade adjudicante, o facto que torne total ou parcialmente impossível o cumprimento do contrato objeto do procedimento, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações nos termos do contrato celebrado com a entidade adjudicante.

4. Não alterar as condições das obrigações fora dos casos previstos nas especificações do presente caderno de encargos;
5. São igualmente da responsabilidade do cocontratante quaisquer encargos decorrentes da utilização, de marcas registadas, patentes, licenças ou direitos de propriedade industrial ou intelectual.

---

## **10ª. Seguros de Responsabilidade Civil**

O cocontratante deverá ter um seguro de responsabilidade civil por forma a garantir:

### **1. Obrigação de apresentação de apólice**

O concorrente deve apresentar uma apólice de seguro de responsabilidade civil válida, que cubra todos os riscos inerentes à execução do presente contrato, incluindo, designadamente, danos a terceiros, danos materiais, lesões corporais e prejuízos patrimoniais relacionados com as estruturas, materiais e equipamentos fornecidos, montados ou operados no âmbito dos eventos objeto do concurso.

### **2. Abrangência temporal da cobertura**

A apólice deve abranger, obrigatoriamente, todas as fases da execução contratual, nomeadamente a **montagem, realização e desmontagem** das estruturas, equipamentos e instalações, devendo o seguro manter-se válido e eficaz durante todo esse período, sem qualquer interrupção da cobertura.

### **3. Valores mínimos de cobertura por lote**

O concorrente deve apresentar cópia da apólice de seguro de responsabilidade civil com os seguintes limites mínimos de cobertura:

- a) **€1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil euros)** — para o **Lote 1** (Som, Luz, Geradores e Serviços Técnicos).
- b) **€3.000.000,00 (três milhões de euros)** — para o **Lote 2** (Tendas, Palcos, Stands, Bancadas e Estruturas de Apoio e Sanitários);
- c) **€1.000.000,00 (um milhão)** para o **Lote 3** (Muralha)

### **4. Subcontratação e extensão da cobertura**

Caso exista subcontratação, o adjudicatário deve garantir que as entidades subcontratadas dispõem de cobertura de seguro de responsabilidade civil adequada à natureza das respetivas atividades, ou que se encontram expressamente incluídas na apólice do adjudicatário, assegurando a cobertura contínua de todos os riscos decorrentes da execução do contrato.

**5. Identificação da entidade adjudicante como segurada adicional**

A apólice deve identificar a **entidade adjudicante como segurada adicional**, garantindo a sua proteção em caso de ocorrência de sinistro.

**6. Comprovação da contratação**

O cocontratante deve apresentar, antes do início da execução do contrato, cópia da apólice e comprovativo do respetivo pagamento, bem como quaisquer atualizações ou renovações posteriores, sob pena de incumprimento contratual.

**7. Incumprimento**

A não apresentação da apólice, a insuficiência da cobertura ou o cancelamento ou alteração da apólice durante a vigência contratual, que prejudique a garantia exigida, constitui **incumprimento grave**, podendo fundamentar a **rescisão imediata do contrato**, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades legais e contratuais.

---

**11ª. Princípio Geral de Responsabilidade**

1. O Município de Braga poderá, se assim o entender e sempre que tal, no seu juízo, se mostrar necessário em virtude de qualquer situação de mora, cumprimento defeituoso ou incumprimento das obrigações que legal ou contratualmente incumbam ao Cocontratante, intervir diretamente na boa execução do Contrato, substituindo-se ao Cocontratante sem que tal implique qualquer modificação no âmbito da sua responsabilidade. Todos os custos dessa intervenção correrão por conta do Cocontratante.
2. O Cocontratante responderá, pela culpa ou pelo risco, nos termos da lei geral, por quaisquer danos causados no exercício das atividades que irão constituir o objeto do Contrato, respondendo ainda, nos termos em que o comitente responde pelos atos do comissário, pelos danos e prejuízos causados por Terceiros contratados no âmbito das atividades compreendidas no Contrato sem limitação quaisquer danos materiais e/ou morais, continuados ou não, e lucros cessantes.
3. O Cocontratante responderá também por quaisquer danos emergentes e lucros cessantes resultantes de deficiências ou omissões de atuação que impliquem um mau cumprimento ou incumprimento das obrigações que para si decorrem do Contrato.

---

## **12ª. Proteção de dados pessoais**

1. O Cocontratante obriga-se, quer na sua qualidade de Responsável pelo Tratamento, quer na sua qualidade de Subcontratante, nos termos definidos nos n.ºs 7 e 8 do art.º 4º do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, a cumprir e a fazer cumprir as normas legais e regulamentares aplicáveis em matéria de proteção de dados pessoais, incluindo, entre outras, o Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016 (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados) e a Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, sendo exclusivamente responsável por implementar todas as medidas e requisitos necessários ao seu cumprimento durante a execução do contrato.
2. Todos os titulares de dados têm direito a apresentar reclamação se considerarem que o tratamento dos dados pessoais que lhe diga respeito viola o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados.
3. Sem prejuízo de qualquer outra via de recurso administrativo ou judicial, a reclamação referida no número anterior é apresentada a uma autoridade de controlo, em especial ao Estado-Membro da residência habitual do titular dos dados, do seu local de trabalho ou do local onde foi alegadamente praticada a infração.
4. O responsável pelo tratamento dos dados ou o subcontratante, conforme os casos, fica isento de responsabilidade se provar que não é de modo algum responsável pelo evento que deu origem aos danos.

---

## **13ª. Responsabilidades**

1. O cocontratante(s) respondem perante o contraente público por todos os prejuízos, direta ou indiretamente emergentes dos trabalhos objeto do(s) contrato(s), bem como daqueles que resultem do incumprimento ou do deficiente cumprimento das suas obrigações contratuais, até à conclusão da execução do(s) contrato(s).
2. Do mesmo modo, o cocontratante responde por todos os prejuízos causados por quaisquer atos ou omissões de quaisquer pessoas que, no âmbito da sua intervenção, para ele exerçam funções, independentemente do regime jurídico.
3. Se o contraente público vier a ser demandado por terceiros por prejuízos causados pelo(s) cocontratante(s), no âmbito da execução do(s) contrato(s), este último indemnizá-lo-á de todas as despesas que, em consequência, haja de realizar e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.

4. Correm inteiramente por conta do(s) cocontratante(s) a reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos que lhe sejam imputáveis, sejam sofridos por terceiros até à conclusão da execução do(s) contrato(s), em consequência do modo de execução dos trabalhos, da atuação do seu pessoal ou dos seus fornecedores.

---

#### **14ª. Dever de sigilo**

1. O cocontratante deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo, ou em relação, com a execução do contrato, nomeadamente administradores, diretores, outros trabalhadores, clientes, parceiros e fornecedores, salvo se previamente autorizado por escrito.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo cocontratante, ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O cocontratante deverá guardar sigilo quanto a informações que possa obter no âmbito da execução do presente contrato, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

---

#### **15ª. Termos de desempenho ambientais**

1. O cocontratante deve garantir as melhores práticas ambientais, no âmbito da sua atividade empresarial, por forma a incluir as medidas necessárias a fim de assegurar a proteção do ar, da água, do solo, e de prevenir ou reduzir a poluição sonora, a produção de resíduos e o consumo energético, com o objetivo de alcançar um nível elevado de proteção do ambiente e minimizar os impactes ambientais.

2. Garantir o correto encaminhamento dos eventuais resíduos produzidos no decorrer da execução do contrato, respeitando as boas práticas ambientais previstas na legislação em vigor.
3. Constitui igualmente obrigação do cocontratante a aplicação de medidas de gestão ambiental específicas, quando adequado, em conformidade com um sistema de certificação por terceiros, como os sistemas EMAS (Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria) ou a norma ISO 14001.

### **Secção III – Penalidades contratuais e força maior**

---

#### **16ª. Penalidades contratuais**

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir do cocontratante o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
  - a. Pelo incumprimento da obrigação necessária à boa execução do contrato até 3% do preço contratual;
  - b. Pelo incumprimento da obrigação de garantia técnica, até 3% do preço contratual.
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do cocontratante, a entidade adjudicante pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 20% do preço contratual.
3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo cocontratante ao abrigo do n.º 1, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a respetiva resolução.
4. Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do cocontratante e as consequências do incumprimento.
5. A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelos danos decorrentes da mora no cumprimento, cumprimento defeituoso e incumprimento definitivo.

---

### **17ª. Força maior**

1. Não podem ser impostas penalidades ao cocontratante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
  - a. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do cocontratante, na parte em que intervenham;
  - b. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do cocontratante ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
  - c. Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo cocontratante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
  - d. Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo cocontratante de normas legais;
  - e. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do cocontratante não devidas a sabotagem;
  - g. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.



## **Secção IV – Resolução e subcontratação contratual**

---

### **18ª. Resolução por parte da entidade adjudicante**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei e no contrato, nomeadamente os constantes na cláusula referente às penalidades contratuais, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o cocontratante violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. O contrato pode ser resolvido pela entidade adjudicante em caso de incumprimento definitivo, grave ou reiterado, e culposos das obrigações assumidas no contrato pelo cocontratante, nos termos gerais de direito, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais a que houver lugar.
3. Para efeitos do disposto no número anterior, a entidade adjudicante comunicará por escrito a ocorrência da situação de incumprimento suscetível de gerar resolução contratual, concedendo à contraparte um prazo não inferior a 10 dias para que aquela reponha a situação de incumprimento, sem o que, o incumprimento se tornará definitivo e determinará a resolução contratual, nos demais termos gerais de direito.
4. O contrato pode também ser resolvido pela entidade adjudicante caso se verifique alguma das seguintes situações, as quais são desde já consideradas como situações de incumprimento grave e culposos por parte do cocontratante:
  - a. Quando se verificar reiterada inobservância das disposições do contrato ou má-fé do cocontratante;
  - b. Prestação de falsas declarações;
  - c. Estado de falência ou insolvência;
  - d. Cessação da atividade;
  - e. Condenação, por sentença transitada em julgado, por infração que afete a idoneidade profissional do cocontratante e desde que não tenha ocorrido reabilitação judicial.
5. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração escrita enviada ao cocontratante.

---

### **19ª. Resolução por parte do cocontratante**

O cocontratante pode resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332.º do CCP.

---

#### **20ª. Subcontratação e cessão da posição contratual**

1. A subcontratação pelo cocontratante e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos (CCP).
2. **O pessoal proposto pelo cocontratante só pode ser substituído com o expresse e prévio consentimento da entidade adjudicante, após verificação de que essa substituição proporciona um nível de qualidade equivalente ao exigido no procedimento pré-contratual** (e que permitirá uma determinada avaliação da proposta ganhadora).
3. Em caso de incumprimento, pelo cocontratante, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, o cocontratante cederá, nos termos do disposto no artigo 318.º-A do CCP, a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do presente procedimento, pela ordem sequencial de classificação dos concorrentes.

---

#### **21ª. Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, nos termos do disposto no DL n.º 174/2019, de 13 de dezembro, com expressa renúncia a qualquer outro.

### **Secção V – Disposições Finais**

---

#### **22ª. Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, por meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

---

#### **23ª. Gestor do Contrato**

Nos termos e para os efeitos da alínea i) do n.º 1 do artigo 96.º e do artigo 290.º-A do CCP, o gestor do contrato será identificado na fase de adjudicação.

## 24ª. Local da prestação de serviços/ entrega dos bens

Os bens objeto do contrato devem ser entregues, disponibilizados e montados em datas e locais a acordar com o Município de Braga.

## 25ª. Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, nos termos do disposto no artigo 471.º do CCP, na sua atual redação.

## 26ª. Legislação aplicável

O contrato é regulado pelo disposto no CCP e restante legislação aplicável.

## Parte II – Cláusulas Especiais

### 27ª. Especificações técnicas

Nota: Constam no “Mapa de quantidades”, artigos cuja quantidade estimada é zero, no entanto é obrigatório sob pena de exclusão a indicação do preço unitário.

A indicação do preço unitário obrigatório prende-se com uma eventual “troca de necessidades” uma vez que as quantidades são meramente estimadas.

### 28ª. Caracterização dos Equipamentos em Regime de Locação

Código	Descrição	Quantidades Estimadas 2026	Área	Lotes
A001/2022	Especificações técnicas (Audio Formato Extra-Grande) frente palco +side	47,00	Audio	LOTE 1
A002/2022	Especificações técnicas (Audio Formato Grande) Frente e Palco	53,00		
A003/2022	Especificações técnicas (Audio Formato Médio) Mo mesa frente	49,00		
A004/2022	Especificações técnicas (Audio Formato Pequeno)	136,00		
A005/2022	Especificações técnicas (Audio Som Ambiente)	68,00		
B001/2022	4 headset + 4 microfone wireless	157,00	Microfonia + Palco	

B002/2022	8 headset + 4 microfone wireless	157,00		
B003/2022	Microfonia para Banda Kit Standart	165,00		
C001/2022	Basic Convencional	141,00	Iluminação	
C002/2022	Convencional TP Pack	25,00		
C003/2022	Convencional Teatro	26,00		
C004/2022	Moving Head + Static 12 unid	84,00		
C005/2022	Moving Head + Static 24 unid	15,00		
C006/2022	Moving Head + Static 36 unid	24,00		
C007/2022	Static Strob 12 unid	16,00		
C008/2022	Arquitetural exterior	192,00		
C009/2022	Arquitetural interior	66,00		
C010/2022	Iluminação Arri 5k	23,00		
C011/2022	Mesa de Iluminação	41,00		
D001/2022	Box Truss 10 x10m	44,00	Equipamento complementar a evento	
D002/2022	Box Truss 30 x 5 x 7 ( 3 meses )	5,00		
D003/2022	Decks palco ( 10 und)	39,00		
D004/2022	TECIDO TENSIONADO M2	2000,00		
D005/2022	Passa Cabos 2 vias	1224,00		
D006/2022	Passa cabos 5 vias	373,00		
D007/2022	Linóleo dança 12 x 10	25,00		

D008/2022	Estrutura Truss 6x4 com tela incluída	32,00		
D009/2022	Cabine de tradução Normalizada	20,00		
D010/2022	Sistema de Auriculares	620,00		
D011/2022	Estrutra truss Folding 10 metros altura	32,00		
E001/2022	Ecrã LED 3,5 x 2	42,00	Multimédia	
E002/2022	Ecrã LED 4,5 x 2,5 m	4,00		
E003/2022	Ecrã LED 5,5 x 3	34,00		
E004/2022	Ecrã LED 7 x 4	8,00		
E005/2022	Ecrã LED 11 x 6	31,00		
E006/2022	LCD 85" com Suporte móvel	62,00		
E007/2022	Projektor de vídeo 7500 ANSILumens	23,00		
E008/2022	Projektor de vídeo 15000 ANSILumens	3,00		
E009/2022	Projektor de video 20000 ANSILumens	3,00		
E010/2022	Projektor de video 30000 ANSILumens	0,00		
E011/2022	Banner Led 70 x1m com estrutura em Truss 6 metros de altura	2,00		
E012/2022	Projektor de cinema DCP	32,00		
F001/2022	04 maquinas CO2	16,00	Efeitos	
F002/2022	04 maquinas de fogo	40,00		
F003/2022	08 Sparkulares	22,00		
F004/2022	Máquina de Neve	8,00		

F005/2022	Máquina de Confetis	24,00		
G001/2022	Captação de Imagens com 3 camaras	62,00	Streaming	
G002/2022	Streaming	62,00		
G003/2022	Grua com operador	20,00		
H001/2022	Mobiliario de Palco Orquestra	11,00	Backline	
H002/2022	Bateria Backline	6,00		
H003/2022	Combo Guitarra Electrica	3,00		
H004/2022	Combo baixo electrico	6,00		
H005/2022	Guitarra Electrica	2,00		
H006/2022	Baixo Electrico	3,00		
H007/2022	Teclado Nordstage	5,00		
H008/2022	Piano C3	9,00		
H009/2022	Piano C7	0,00		
H010/2022	Piano Steinway D	0,00		
H011/2022	Kit DJ	20,00		
I001/2022	Quadro Electrico 32 A 5 P	60,00	Cabelagem Complementar	
I002/2022	Quadro Electrico 63 A 5P	40,00		
I003/2022	Quadro Electrico 125 A 5P	245,00		
I004/2022	Quadro Electrico 400 A 5P	31,00		
I005/2022	Cablagem electrica 16 A 3 P (metro)	203,00		

I006/2022	Cablagem electrica 32 A 3 P (metro)	1583,00		
I007/2022	Cablagem electrica 32 A 5 P (metro)	738,00		
I008/2022	Cablagem electrica 63 A 5 P (metro)	605,00		
I009/2022	Cablagem electrica 125 A 5 P (metro)	485,00		
I010/2022	Cablagem Electrica 250 A 1 P ( Metro)	80,00		
J001/2022	Gerador 100 kva	0,00	Gerador	
J002/2022	Gerador 150 kva	25,00		
J003/2022	Gerador 180 kva	4,00		
J004/2022	Gerador 250 kva	7,00		
J005/2022	Gerador 330 kva	12,00		
J006/2022	Abastecimento Gerador /h	186,00		
J007/2022	Sincronização	7,00		
K001/2022	Estrado técnico 1m2 (com pés telescópios reguláveis entre 0,20m e 0,40m)	768	Estrados Técnicos	LOTE 2
K002/2022	Estrado técnico 1m2 (com pés telescópios reguláveis entre 0,40m e 0,60m)	461,5		
K003/2022	Estrado técnico 1m2 (com pés telescópios reguláveis entre 0,60m e 0,80m)	2900		
K004/2022	Estrado técnico 1m2 (com pés telescópios reguláveis entre 0,80m e 1,00m)	225		
K005/2022	Estrado técnico 1m2 (com pés telescópios reguláveis entre 1,00m e 1,20m)	1525		
K006/2022	Estrado técnico 1m2 (com pés telescópios reguláveis entre 1,20m e 1,40m)	150		
K007/2022	Estrado técnico 1m2 (com pés telescópios reguláveis entre 1,40m e 1,60m)	0,00		
K008/2022	Estrado técnico 1m2 (com pés telescópios reguláveis entre 1,60m e 1,80m)	0,00		

K009/2022	Estrado técnico 1m2 (com pés telescópios reguláveis entre 1,80m e 2,00m)	825,00		
K010/2022	Estrado técnico 1m2 (com pés telescópios reguláveis entre 2,00m e 3,00m)	325,00		
L001/2022	Palco Orbital (187,5m2) 15m x 12,5m + pre-rigg 10m	1,00	Palcos	
L002/2022	Palco Orbital (250m2) 20m x 12,5m + pre-rigg 15m	0,00		
L003/2022	Palco Orbital (100m2) 10m x 10m + pre-rigg 5m	0,00		
L004/2022	Palco SRS 20m x 16,25m + pre-rig 15m	1,00		
L005/2022	Palco SRS 17,5m x 10m + pre-rig 10m	1,00		
M001/2022	Régie Orbital com 2 andares	2,00	Acessórios de Palco	
M002/2022	Torres PA 2,5m x 2,5m x 12m	13,00		
M003/2022	Torres PA 2,5m x 2,5m x 10m	3,00		
M004/2022	Pesos em betão 100kg 500Kg e 1000Kg	56,00		
M005/2022	Áreas de Serviço 3,75m x 7,5m	4,00		
M006/2022	Lonas ortofónicas para Torres PA	0,00		
M007/2022	Escadas de palco	37,00		
M008/2022	Rampa de acesso	39,00		
M009/2022	Viga exterior em aço	5,00		
M010/2022	Iluminação de Serviço e Emergência	275,00		
N001/2022	Barreiras Anti-pânico 1m	275,00	Grades/Vedações	
N002/2022	Grades de Vedação	0,00		
N003/2022	Grades Delimitadoras	0,00		



N004/2022	Fitas extensíveis 3m	0,00		
N005/2022	Malha-sol verde (ml)	0,00		
N006/2022	Malha-sol opaca (ml)	0,00		
O001/2022	Stand expositor M (3m x 3m x 2m)	10,00	Stands	
O002/2022	Stand expositor L (6m x 3m x 2m)	10,00		
O003/2022	Banca de madeira com toldo branco de pano (Posto de informação): 2,2m x 0,70m	29,00		
O004/2022	Casa madeira 2,5m x 2,5m	75,00		
O005/2022	Stands modulares 3m x 3m	34,00		
O006/2022	Pavilhão Feira do Livro	30,00		
O007/2022	Pavilhão Feira do Livro duplo	0,00		
P001/2022	Muralha Romana	1,00	Muralha	LOTE 3
Q001/2022	Dome 5m	5,00	Tendas	LOTE 2
Q002/2022	Tenda Cónica 3m x 3m	13,00		
Q003/2022	Tenda Cónica 5m x 5m	10,00		
Q004/2022	Tenda 2 águas 5m x 5m	3,00		
Q005/2022	Tenda 2 águas 10m x 5m	13,00		
Q006/2022	Tenda orbital 10m x 5m	0,00		
Q007/2022	Tenda orbital 20m x 5m	17,00		
Q008/2022	Tenda Tensionada 10x10 (pesos incluídos)	6,00		
Q009/2022	Tunel Entrada (tenda orbital)	3,00		

Q010/2022	Tenda 2 águas 15m x 5m	8,00		
Q011/2022	Tenda 2 águas 20m x 5m	4,00		
Q012/2022	Tenda 2 águas 25m x 5m	8,00		
Q013/2022	Tenda orbital 15m x 5m	4,00		
Q014/2022	Tenda orbital 25m x 5m	0,00		
Q015/2022	Tenda de artesanato 2,40*1,5*2,2m	43,00		
Q016/2022	Tenda de artesanato 2,40*2,5*2,2m	46,00		
R001/2022	Contentor Balneário 6m x 2,44m	1,00	Sanitários	LOTE 2
R002/2022	Contentor Sanitário 6m x 2,44m	15,00		
R003/2022	Contentor Sanitário Mobilidade Reduzida + Berçário	6,00		
R004/2022	Contentor Camarim 6mx2,4m (com mobiliário: 2 espelhos, 3 mesas, 6 cadeiras, 1 frigorífico, 1 charrió)	13,00		
R005/2022	Sanitário Químico VIP -un	59,00		
R006/2022	Limpeza Sanitários - un	422,00		
R007/2022	Contentor Posto Informação 2,44m x 2,44m	0,00		
R008/2022	Contentor Sanitário Autónomo + Limpeza do Sanitário	9,00		
S001/2022	Bancadas normalizadas com cadeiras individuais capacidade 404	2,00	Bancadas	LOTE 2
S002/2022	Bancadas normalizadas com cadeiras individuais capacidade 608	3,00		
T001/2022	Bombas de calor - un	0,00	Mobiliário Complementar	
T002/2022	Ar-Condicionado - un	2,00		

<b>T003/2022</b>	Guarda-corpos - ml	<b>191,00</b>		
<b>T004/2022</b>	Alcatifa m2 com colocação	<b>2649,00</b>		
<b>T005/2022</b>	Frigorífico - un	<b>1,00</b>		
<b>T006/2022</b>	Saia de Palco - m2	<b>1713,00</b>		
<b>T007/2022</b>	Conjunto mesa + 2 bancos compridos - un	<b>16,00</b>		
<b>T008/2022</b>	Linóleo m2 (c/ colocação)	<b>1981,00</b>		
<b>T009/2022</b>	Estruturas Biombo - ml	<b>15,00</b>		
<b>T010/2022</b>	Bancos compridos madeira - un	<b>100,00</b>		
<b>T011/2022</b>	Sofá/Poltrona Individuais - un	<b>10,00</b>		
<b>T012/2022</b>	Balcão de recepção - un	<b>4,00</b>		
<b>T013/2022</b>	Lavatório de mãos - un	<b>13,00</b>		
<b>T014/2022</b>	Sinalética WC e Mobilidade Reduzida (aérea e iluminada) - un	<b>0,00</b>		
<b>T015/2022</b>	Pérgulas de madeira com tecido 3x3 - un	<b>26,00</b>		
<b>T016/2022</b>	Bolas Insufláveis c/ impressão (2m de diâmetro) - un	<b>4,00</b>		
<b>T017/2022</b>	Paredes em madeira ( 1 m x 0,20m x 2m)	<b>15,00</b>		
<b>T018/2022</b>	Púlpito em acrílico	<b>2,00</b>		
<b>T019/2022</b>	Púlpito digital	<b>1,00</b>		
<b>T020/2022</b>	Mesas de apoio baixas	<b>15,00</b>		
<b>T021/2022</b>	Mesas de conferência	<b>4,00</b>		
<b>T022/2022</b>	Secretárias brancas	<b>6,00</b>		

T023/2022	Puff	25,00		
T024/2022	Cadeiras pretas almofadadas	112,00		
T025/2022	Estante de Cubos	6,00		
T026/2022	Banco de Jardim em ferro	6,00		
T027/2022	Candeeiro de Jardim em ferro	5,00		
T028/2022	Planta alta (>2,25m) com floreira 0.6x0.6m	0,00		
T029/2022	Planta baixa com floreira	0,00		
T030/2022	Paredes amovíveis com rodas em madeira ( 2 m x 0,20m x 2m)	20,00		
T031/2022	Guarda-sol com base de sustentação	12,00		
T032/2022	Conjunto mesa alta + 2 bancos altos - un	20,00		

## 29ª. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

### A. CARACTERÍSTICAS E ESPECIFICAÇÕES DOS EQUIPAMENTOS A AFETAR À EXECUÇÃO DO CONTRATO:

#### Aplicável a todos os Lotes

Para qualquer um dos Lotes todos os equipamentos a afetar à execução do contrato devem constar do documento da Proposta denominado "Listagem de Equipamentos", no qual devem ser apresentadas todas as suas características e especificações, nomeadamente quanto aos seguintes itens, bem como todas as demais informações que serão objeto de avaliação no respetivo subfactor da Valia Técnica «**Equipamentos técnicos a afetar à execução do contrato (EQUI) – 40%»**:

- **Sustentabilidade:**

o uso de equipamentos que, sem comprometer a potência, apresentem menor consumo de energia elétrica. Soluções como tecnologias de iluminação a LED,

25/29

amplificadores eficientes em termos energéticos e dispositivos com gestão inteligente de consumo serão preferenciais. Equipamentos que minimizem emissões de calor ou ruído excessivo, contribuindo para um ambiente sustentável.

- **Qualidade:**

Equipamentos de som, luz e estruturas devem oferecer alta performance, garantindo clareza de áudio, iluminação adequada, estabilidade e segurança nos diferentes tipos de eventos. Todos os equipamentos e estruturas devem cumprir as normas de segurança aplicáveis, garantindo resistência a condições adversas e operação segura. Palcos, mobiliário e sanitários devem proporcionar conforto e segurança ao público. Equipamentos audiovisuais devem oferecer uma experiência agradável sem causar desconforto visual ou auditivo. Equipamentos e estruturas devem apresentar um design funcional e visualmente agradável, integrando-se harmoniosamente no ambiente do evento.

- **Eficiência:**

Equipamentos que utilizem menos energia elétrica (ex.: iluminação LED, geradores eficientes) e recursos de forma otimizada, sem comprometer a potência ou a qualidade, serão valorizados. Equipamentos e estruturas que permitam montagem e desmontagem rápidas e com menos esforço, reduzindo o tempo de preparação dos eventos e otimizando a logística. Soluções que requeiram manutenção mínima durante os eventos e que garantam operação contínua e eficiente, evitando interrupções ou falhas. Sistemas modulares e flexíveis, que possam ser ajustados facilmente para diferentes eventos e locais, serão considerados eficientes, maximizando a versatilidade e minimizando o esforço operacional.

- **Durabilidade e confiabilidade:**

Equipamentos e estruturas devem ser fabricados com materiais duráveis, capazes de suportar uso contínuo e condições ambientais adversas (ex.: vento, chuva, sol intenso), especialmente para eventos ao ar livre; devem garantir uma operação estável e confiável durante longos períodos, minimizando falhas ou interrupções durante os eventos; a resistência ao desgaste, choques e manuseio repetido será valorizada, especialmente em itens que exijam montagem e desmontagem frequentes.

- **Flexibilidade e escalabilidade:**

Equipamentos e estruturas devem ser flexíveis e facilmente ajustáveis para diferentes configurações de eventos, sem comprometer a qualidade ou a segurança. Sistemas que possibilitem a adição de equipamentos ou estruturas extras sem comprometer a segurança ou a qualidade do desempenho, permitindo que a operação cresça conforme as necessidades do evento. Equipamentos que sejam compatíveis com diferentes tecnologias e sistemas existentes, facilitando a integração e o uso de soluções variadas nos diferentes eventos.

- **Tecnologia e recursos avançados:**

Será valorizado o uso de tecnologias que aumentem a eficiência, conectividade e controlo remoto, facilitando a operação e monitorização. Equipamentos que incorporem tecnologias de ponta, como processamento digital de áudio e vídeo, garantirão melhor desempenho e qualidade nas apresentações. Sistemas que incluam recursos de monitoramento e diagnóstico para identificar falhas ou problemas em tempo real, permitindo intervenções rápidas e minimizando interrupções. Tecnologias que promovem a sustentabilidade, como equipamentos de baixo consumo energético e sistemas de recuperação de energia, contribuirão para a eficiência e responsabilidade ambiental dos eventos.

- **Compatibilidade e integração:**

Equipamentos que possam ser facilmente integrados com outros sistemas e tecnologias já existentes sem necessidade de adaptações complexas ou comprometer a performance. Equipamentos que funcionem de forma eficiente com dispositivos de diferentes marcas e modelos, oferecendo flexibilidade para uso em diversas configurações de eventos e locais. A capacidade dos equipamentos e estruturas de se comunicarem e funcionarem de forma coesa, permitindo operações simplificadas e integração harmoniosa de diferentes componentes técnicos. Equipamentos que permitam a expansão e conexão com sistemas adicionais, sem comprometer a funcionalidade ou exigir substituições, serão preferidos por sua flexibilidade e longevidade operacional.

- **Certificação dos equipamentos e licenciamento do software:**

Os equipamentos devem possuir certificações que comprovem sua conformidade com normas internacionais de segurança e qualidade, garantindo sua adequação para uso em eventos e a segurança dos utilizadores. Os softwares utilizados para controlar ou monitorar os equipamentos devem ser devidamente licenciados,

garantindo atualizações regulares, suporte técnico e conformidade com as leis de propriedade intelectual. Equipamentos que possuam certificações ambientais serão valorizados, promovendo a sustentabilidade do evento. Todos os softwares e equipamentos devem estar em conformidade com as legislações vigentes, garantindo seu uso legal, eficiente e seguro durante a execução do contrato.

**B. EQUIPA TÉCNICA ESPECIALIZADA A AFETAR À EXECUÇÃO DO CONTRATO:**

Cada concorrente deve afetar à execução de cada lote uma **equipa técnica especializada constituída, no mínimo por:**

**Lote 1 - SOM, LUZ, SERVIÇOS TÉCNICOS e GERADORES**

- Um (1) coordenador de equipa,
- Um (1) responsável de som,
- Um (1) responsável de luz,
- Um (1) Rigger,
- Um (1) responsável de vídeo,
- Um (1) Stage Manager,

O concorrente deve apresentar **Curriculum Vitae** de cada um destes profissionais que evidencie, designadamente, as suas qualificações, formações, certificações, experiência profissional e histórico de eventos em que tenha trabalhado na função a que são afetos, bem como todas as demais informações/atributos que serão objeto de avaliação no respetivo subfactor da Valia Técnica «**Experiência do pessoal técnico especializado a afetar à execução do contrato (EXP) – 30%»**».

**Lote 2 - TENDAS, PALCOS, ESTRUTURAS DE APOIO, STANDS e BANCADAS**

- Um (1) coordenador de equipa,
- Um (1) arquiteto,
- Um (1) encarregado técnico,
- Um (1) eletricista,
- Um (1) picheleiro.

O concorrente deve apresentar **Curriculum Vitae** de cada um destes profissionais que evidencie, designadamente, as suas qualificações, formações, certificações, experiência profissional e histórico de eventos em que tenha trabalhado na função a que são afetos, bem como todas as demais informações/atributos que serão objeto de avaliação no respetivo subfactor da Valia Técnica «**Experiência do pessoal técnico especializado a afetar à execução do contrato (EXP) – 30%»**».

### **Lote 3 – MURALHA**

- Um (1) arquiteto,
- Um (1) coordenador de equipa,
- Um (1) encarregado técnico,

O concorrente deve apresentar **Curriculum Vitae** de cada um destes profissionais que evidencie, designadamente, as suas qualificações, formações, certificações, experiência profissional e histórico de eventos em que tenha trabalhado na função a que são afetos, bem como todas as demais informações/atributos que serão objeto de avaliação no respetivo subfactor da Valia Técnica «**Experiência do pessoal técnico especializado a afetar à execução do contrato (EXP) – 30%»**».

### **B.1 EQUIPA TÉCNICA ESPECIALIZADA:**

Todos os elementos da equipa técnica especializada afetos à execução do contrato devem integrar os quadros permanentes da empresa adjudicatária, sendo obrigatória a apresentação, quando solicitado, de comprovativos dessa vinculação laboral.

---

### **30ª. Equivalência Técnica**

Nos termos do disposto no n.º 9 do artigo 49.º do CCP, sempre que se verifiquem quaisquer menções a marcas comerciais, patentes, tipos, origens ou modos de produção deve considerar-se, em tais casos, **a menção “ou equivalente”**.